

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

HISTÓRIA E BIOGRAFIA NA TRAJETÓRIA DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

Sandra Rinco Dutra*

Introdução

A história do Brasil certamente nos proporciona grandes e peculiares episódios, protagonizados por personagens dos mais variados universos, que, por conta disso, ganha o *status* de uma história única, diferente de todas as outras. São histórias de vida que, uma vez unidas, formam uma rede de acontecimentos e visões de mundo que regem a tônica dos eventos ocorridos em uma conjuntura estabelecida. As primeiras décadas do século XIX, período o qual será aqui abordado, é uma dessas épocas repletas de eventos marcantes e de figuras com trajetórias distintas que foram responsáveis pelo curso que o país tomou diante dos conturbados acontecimentos sucedidos então. Se quisermos entender como e porque determinados caminhos e decisões foram tomados, a análise de tais trajetórias torna-se imprescindível para o esclarecimento dos fatos, e vice versa. Nas palavras de Giovanni Levi, “*há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto [...]*”¹.

Dessa forma, o presente trabalho tem o objetivo de demonstrar como se dá essa relação entre ações individuais e contexto histórico, no intuito de estabelecer a dimensão não-linear e não-coerente que essas ações adquirem no conjunto dos acontecimentos, aqui, no caso, nos inícios do século XIX no Brasil. Para isso, tomaremos o curso de vida de um dos intelectuais ilustrados mais importantes de Portugal, que entre 1809 e 1821 esteve no Rio de Janeiro atuando de forma efetiva junto à Corte de D. João VI, o conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846). Para construir uma trajetória das mais respeitáveis (que inclui funções como filósofo, professor, diplomata, conselheiro, escritor, ideólogo e político liberal, além de diretor da Imprensa Régia, de ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros simultaneamente, cinco vezes eleito deputado às Cortes, comendador da ordem de Cristo, fundador e presidente da Academia das Ciências e das Letras de Coimbra, sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto de França), Pinheiro Ferreira adotou um percurso de vida

* Mestranda em História do PPGHIS/UFJF. E-mail: sandrinco@hotmail.com

¹ LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: FERREIRA, Marieta e AMADA, Janaína (org). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 180.

que dialogou de forma incisiva com os principais interlocutores e fatores em que se realizou a transição da monarquia absolutista para o sistema constitucional, no Brasil e em Portugal, e que o guiou até o fim de sua vida. Esse caminho, visto tanto no âmbito individual quanto no social e evidenciando a trajetória que o levou a exercer funções públicas que lhe proporcionaram seu reconhecimento pela historiografia, implica algumas observações, as quais serão apresentadas a seguir, com a finalidade de colaborar para a discussão sobre o espaço da atuação particular na explicação histórica.

A existência de Silvestre Pinheiro Ferreira, se analisada de forma a agregar elementos explicativos de sua ação social, particularidades biográficas e pontos circunstanciais, indicará como o individual e o coletivo compreendem a extensa área de interação em que a biografia adquire significado histórico. O sentido universal de sua individualidade provém do caminho que seguiu na sua formação pessoal, principalmente no que tange a escolhas realizadas frente a encruzilhadas intelectuais e políticas. Dessa forma, alguns de seus feitos sociais colaboraram para modificar o curso do processo histórico brasileiro. O valor atribuído à singularidade não significa basicamente uma abordagem que elucide o geral a partir do detalhe; essa singularidade do indivíduo pode ser entendida como um lugar onde certos assuntos históricos necessitam se estabelecer para auferir significado, mesmo que nunca desligados do social, tendo em vista que não há indivíduo fora das relações sociais.²

As Vicissitudes dos Tempos Revolucionários: ações que mudaram o curso da história do Brasil

Silvestre Pinheiro Ferreira chegou ao Brasil em 1809, um ano após instalada a Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Desde os últimos anos do século XVIII, o Império português, frente às circunstâncias revolucionárias a que a Europa estava imersa, se viu diante de um grande problema, aparentemente sem solução favorável. Isso porque a neutralidade adotada por Portugal em suas relações exteriores, altamente custosa para sua economia em troca da proteção política inglesa, não comportava mais as atuais conjunturas, uma vez que, com a expansão napoleônica, tornou-se necessária uma definição em sua posição política, no intuito

² LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. “Benjamin Constant: biografia e explicação histórica”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 19, 1997, pp. 01-02.

de preservar a integridade de sua monarquia, suas colônias e de seu Império.³ Assim, em novembro de 1807, após muitos apontamentos e discordâncias acerca da escolha da aliança a ser firmada, decidiu-se pela continuidade da aliança com a Inglaterra, além da mudança estratégica da sede do Império português para o Brasil.

Pinheiro Ferreira, que anteriormente havia se dedicado ao trabalho diplomático como encarregado dos Negócios de Portugal na Corte de Berlim (de onde foi expulso pelo próprio Napoleão Bonaparte por espionagem), ficou relegado ao ostracismo quando de sua chegada ao Brasil.⁴ Dessa forma, não teve outra alternativa senão retomar a docência de Filosofia, função que exerceu exclusivamente até 1811, quando após reiterados pedidos diretos ao regente, o conselheiro conseguiu um lugar na Junta do Comércio, como deputado e tesoureiro, local em que teve ativa participação.

Em 1813, iniciou seu curso de “Preleções Filosóficas” no Real Colégio São Joaquim, publicando-as na Imprensa Régia entre 1813 e 1820, órgão que veio a ser diretor; paralelamente, atuou como colaborador do jornal “O Patriota”. O Rio de Janeiro, nesse momento, era palco de um novo discurso, que enaltecia o advento de um tempo de “*liberdades para o Brasil*”, assim como o rompimento dos laços coloniais e de um destino afortunado para seus habitantes.⁵ Dessa forma, fazendo parte desse novo cenário propício para a difusão do ideário iluminista, Silvestre Pinheiro Ferreira adquiriu grande notoriedade, uma vez que pôde disseminar seu pensamento, oriundo de uma visão cosmopolita típica do Iluminismo, possibilidade essa que lhe foi negada em Portugal pelo fato de ir contra o conservadorismo da tradição escolástica, revigorado após a queda de Pombal.⁶ Assim, ele tornou-se muito conhecido e respeitado na Corte como filósofo liberal e intelectual ilustrado.

³ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 54-5.

⁴ Isso provavelmente porque o Conde de Barca (o qual Silvestre Pinheiro era colaborador e este era seu mentor e amigo) além de ser uma das figuras proeminentes do Partido Francês, não fora incluído no novo gabinete brasileiro, de março de 1808, basicamente formado pelo Partido Inglês, que tinha como principal representante D. Rodrigo de Sousa Coutinho. - SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2003, pp. 184-5. Pinheiro Ferreira, como partidário das idéias do Conde, provavelmente tenha sido, por esse motivo, apartado das funções diplomáticas. Apenas em 1814, após o falecimento do Conde das Galveias, sucessor de D. Rodrigo, Antônio de Araújo de Azevedo voltou ao governo de D. João VI, assumindo o Ministério da Marinha.

⁵ SLEMIAN, Andréa. *Vida Política em Tempos de Crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 51-2.

⁶ SILVA, Ana Rosa Clocllet da, op. cit., p. 104. Quando ingressou como professor substituto de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes, anexo à Universidade de Coimbra, em 1794, entrou em conflito de idéias por propagar o *sensualismo* (doutrina em que todo o saber e todas as virtudes do espírito provêm da sensação, dessa forma, toda compreensão e apreensão do espírito humano é fruto da experiência. A verdade suprema tem por princípio a matéria e a racionalidade; os valores éticos são relativos e a percepção sensorial é a única fonte de conhecimento e verdade) de Locke, Bacon e Condillac à revelia da *tradição escolástica conservadora* portuguesa (que tinha como principais características: a subordinação do pensamento à teologia, com Deus como o fundamento de todas as coisas; a defesa da Igreja contra as instituições seculares; e também a adoção do

O ano de 1814 foi muito significativo para o Império português. Após anos de extrema agitação, finalmente o Império Napoleônico recuou e novamente foi instaurada a paz com Portugal. A Corte lusa, após seis anos de exílio em terras americanas, enfim estava livre e segura para voltar à parte européia de seu território. Entretanto, o que poderia parecer óbvio transformou-se em uma arena de incertezas: seria esta a melhor opção para a preservação da integridade e soberania da monarquia e suas possessões? Ou a permanência no Brasil, a parte mais rica e de maior potencial do Império, seria a melhor saída, uma vez que esta trouxe um revigoramento nas perspectivas em relação a um futuro novo e salutar, tão desejado pela ilustração luso-brasileira desde fins do século XVIII? Sendo assim, a pedido de D. João VI, Pinheiro Ferreira escreveu um parecer sobre a questão da sede da monarquia e de sua possível reforma, preservando a integridade do Império diante da onda avassaladora da revolução. Trata-se das “*Memórias Sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815*”.⁷

No parecer, o conselheiro não se preocupou simplesmente em tratar da questão da residência da Corte, mas também aproveitou a oportunidade para sugerir modificações políticas que deveriam ser geridas pela Coroa, e evitar, assim, mudanças via ação revolucionária. Apontou as fraturas na administração pública, principalmente na real fazenda, convergindo com as posturas de ilustrados que acreditavam que o bom estado da Real Fazenda era a garantia para a prosperidade do trono. Sistematizou também leis para os súditos da nação portuguesa, de modo que seria possível ascender à nobreza, tanto de forma hereditária quanto por mérito, em qualquer parte do Império, abolindo a distinção metrópole-colônia. Portanto, era através destas modificações que o conselheiro entendia ser a única forma de remediar consequências que “*forças humanas ou enredos políticos já não poderiam contornar*”. Este feito marca sua volta, dessa vez definitiva, à burocracia do Estado, sendo nomeado oficial da secretaria do ministério dos Negócios Estrangeiros em 1815, ano em que o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido.

Apesar do caráter simbólico dessa ação, o ato da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, o conselheiro retoma suas atividades políticas num momento de afirmação do

método lógico-formal. No século XVI, houve um movimento de renovação da filosofia escolástica em Portugal e na Espanha, em resposta à Reforma Protestante, retomando as teses fundamentais escolásticas e buscando a restauração dos princípios do tomismo nas Universidades de Coimbra e Salamanca), sendo apodado de jacobino e conspirador. Por causa disso, foi perseguido pela Inquisição, assim, fugiu para a Holanda em 1797.

⁷ FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “*Memórias Sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815*”. In: *Idéias Políticas*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976, pp. 20-31.

país como um corpo autônomo e de ascensão de um processo de institucionalização que já havia se iniciado antes mesmo de tal promoção. Com isso, ficou categoricamente nítido que não estava nos desígnios de D. João voltar à Portugal e deslocar mais uma vez a sede do poder imperial para Lisboa. A justificativa apresentada para que o Brasil deixasse de constituir uma possessão colonial portuguesa e passasse a formar um reino por si próprio foi pautada na verificação da importância de sua extensão territorial, riqueza e de sua posição geográfica; na reafirmação dos laços e da identidade entre Brasil e Portugal; também pautada na necessidade de formalizar a elevação do Brasil à categoria em que fora internacionalmente graduado pelos representantes das potências no Congresso de Viena. Além disso, tornara-se indispensável que o Brasil tivesse “*graduação política igual à majestade do trono, que nele se estabelecera*”.⁸ Para Silvestre Pinheiro, essa era uma excelente oportunidade de participar de um momento novo, tendo a possibilidade de colocar na prática todo o seu conhecimento adquirido, decorrente de anos de estudos. Em todas as terras por onde passou, o conselheiro sucessivamente se deparou com “*motivos de queixas contra a dureza dos vários regimes, cujas leis limitavam tanto a liberdade individual do cidadão como os deveres de hospitalidade para com os forasteiros*”.⁹ Isso fez com que sua permanência no estrangeiro influenciasse sua carreira e seu percurso intelectual, e direcionasse-os para as questões referentes a modernização das instituições e para o fortalecimento monárquico português.

Em 1820, ano em que Silvestre Pinheiro Ferreira foi nomeado conselheiro, a situação do Império português tornou-se insustentável. Era nítido que o modo de agir da política imperial ficou cada vez mais voltado para os interesses do Brasil, principalmente após 1815. Além disso, o fato de nunca se ter chegado a consenso algum oficialmente em relação à localidade do centro do poder monárquico (após o recuo de Napoleão e a assinatura da paz entre Portugal e França, em 1814), acarretou uma série de insatisfações por parte dos portugueses da península, que empenharam seus esforços contra o estatuto colonial que Portugal ocupava, e alvitravam a revalorização de Lisboa como sede do Império.¹⁰ O resultado disso foi o movimento revolucionário do Porto, eclodido no dia 24 de agosto, que tinha como lema a *Regeneração* da sociedade lusitana.¹¹

⁸ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dore. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 304-6.

⁹ PREGITZER, Maria Elsa. “A Primeira tese sobre Silvestre Pinheiro Ferreira: ‘Silvestre Pinheiro Ferreira: sein leben und seine philosophie mit einer Einleitung über die Wichtigsten portugiesischer philosophen von ihm’”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto*, série Filosofia, nº 8, segunda série, 1991, p. 91.

¹⁰ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999, pp. 74-5.

¹¹ Os revoltosos clamavam pela necessidade de uma monarquia com instituições liberais e representativas, empregando como tática o modelo de revoltas populares e juntas governativas locais, como os que reprimiram os

Em meio a tudo isso, Pinheiro Ferreira vivenciou toda a efervescência liberal, no Rio de Janeiro, que sacudiu as bases absolutistas do Império lusitano. Em “*Cartas Sobre a Revolução do Brasil*”¹², ele descreveu as diferentes atitudes e anseios dos grupos de elite que disputavam o espaço político, na Corte no Rio de Janeiro, que alternavam entre posturas radicais e posturas tidas como moderadas, diante dos acontecimentos decorrentes da revolução portuguesa. Além disso, mostrou como no interior do gabinete de D. João a heterogeneidade de intentos e idéias políticas colidentes eram cotidianas, deixando claro a atmosfera de incertezas e de imobilidade que pairava sobre as ações monárquicas naquele momento. O conteúdo das vinte e oito correspondências, cujo receptor não se tem conhecimento, enfatiza o clima de tensão e o nível de aceitação ou rejeição das propostas de mudanças, impostas pelas circunstâncias e pelas Cortes.

Proclamada no Rio de Janeiro a adoção do sistema monárquico constitucional, em fevereiro de 1821¹³, Silvestre Pinheiro Ferreira foi chamado para integrar o novo ministério, sendo nomeado por D. Pedro para as pastas de Negócios Estrangeiros e da Guerra. Num primeiro momento, o conselheiro pediu ao rei sua dispensa de ambos os ministérios, por estar interessado em partir para o destino e ocupar o cargo que anteriormente já lhe havia sido designado, como ministro Plenipotenciário em Washington, nos Estados Unidos; porém, não obteve sucesso em sua solicitação devido à gravidade dos eventos. Nesse período, envolveu-se diretamente nas decisões para amenizar e contornar os efeitos da Revolução no seio do Império. No desempenho dessas funções, acompanhou D. João VI em seu regresso a Portugal, em 30 de abril 1821, quatro dias após o fatídico episódio da Praça do Comércio, que foi uma reunião de eleitores, com o objetivo de escolher os representantes da comarca que elegeriam os deputados para as Cortes e também avaliar projetos a serem executados por D. Pedro, que

franceses em 1808-1809 - SILVA, Ana Rosa Clocllet da, op. cit., pp. 287-8. De certo modo, tal mudança na estrutura monárquica pode ser vista como uma recuperação de instituições que teriam sido corrompidas à medida que o poder absoluto real se fortificava – BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, p. 190. Dessa forma, foram convocadas as Cortes em caráter revolucionário, anteriormente só reunidas excepcionalmente, mediante solicitação do rei. Elas proporcionaram um novo sentido à soberania, na sua origem, atribuição e desempenho, fazendo emergir, pela primeira vez, uma concepção do poder vinculada à idéia de nação - SOUZA, Iara Lis Carvalho, op. cit., p. 85.

¹² As 28 cartas podem ser lidas na íntegra, mas sem os anexos, em: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Cartas Sobre a Revolução do Brasil”. In: *Idéias Políticas*. Apresentação de Celina Junqueira / Introdução de Vicente Barreto. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976, pp.33-106.

¹³ Insurreição ocorrida na Praça do Róssio em 26 de fevereiro, a qual composta por tropas, pequenos proprietários e comerciantes (em grande medida capitaneados pelo grupo do Ledo), impunha ao monarca o juramento prévio da Constituição que seria elaborada em Lisboa, a suspensão de dois decretos que se afastavam das correntes liberais e depreciavam o Brasil, assim como a nomeação de um novo ministério. - SILVA, Ana Rosa Clocllet da, op. cit., p. 309. Com a vitória do movimento, o soberano não teve opção senão aceitar tais imposições; o juramento foi feito em público por ele mesmo na presença de seu filho e demais autoridade.

ficaria no Brasil como regente.¹⁴ Porém, a situação saiu do controle e o que era pra ser uma reunião ordenada para um grupo pequeno, tornou-se um tumulto generalizado. O resultado disso foi que as tropas avançaram para a praça e deu-se o término à força da assembléia com vários mortos e feridos, além da volta imediata de D. João para Portugal, totalmente desprestigiado e sem nenhum poder de barganha. Silvestre Pinheiro, como se pode ver em uma de suas cartas¹⁵, detalha todos os eventos ocorridos, inclusive seus esforços para tentar impedir o que, na verdade, ele já imaginava que aconteceria.

Na chegada em Lisboa, o conselheiro redigiu o documento régio para o juramento das Bases da Constituição pelo monarca, mas, ao entrar no Palácio das Cortes, “*o rei sentiu-se desfalecer*”. Como teria dito mais tarde o próprio D. João VI, o motivo de seu mal súbito ao adentrar o Palácio foi o fato daquela situação ter-lhe lembrado do trágico fim de Luís XVI, guilhotinado na Revolução Francesa. Para o soberano, a presente circunstância era extremamente humilhante, fato é que “*a imagem que dava de si próprio era a de um rei desamparado e sem norte, à mercê dos liberais portugueses*”.¹⁶ Dessa forma, foi o próprio foi Silvestre Pinheiro Ferreira que o leu. A divergência entre o filósofo e os constituintes apresentou-se tão logo o discurso em nome do rei se encerrou, pois a concepção de funções régias ativas e não meramente representativas, como foi escrito e lido por Pinheiro Ferreira, colidia nitidamente com o parecer votado pelo Congresso.¹⁷ Para ele, só seria legítimo um regime que, para além de deixar ao rei a totalidade do poder executivo, lhe conferisse ainda poder de veto absoluto em matéria legislativa.

Em maio de 1823, pediu exoneração das pastas ministeriais que ocupava, em decorrência da radicalização crescente em Portugal, que obrigou-o a exilar-se na França.¹⁸ No período em que permaneceu em Paris, entre 1823 e 1842, concretizou seu sistema filosófico e completou sua obra constitucional, sagrando-se como um importante teórico do liberalismo. Silvestre Pinheiro Ferreira morreu em 1º de julho de 1846 em Lisboa, aos 76 anos, “*estimado*

¹⁴ SOUZA, Iara Lis Carvalho, op. cit., pp. 100-3.

¹⁵ FERREIRA, Silvestre Pinheiro, op. cit., carta XXVI, pp. 91-102.

¹⁶ ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Ed. Afrontamento, 1993, p. 564.

¹⁷ PEREIRA, José Esteves. *Silvestre Pinheiro Ferreira: O seu pensamento político*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974, pp. 22-3.

¹⁸ A invasão da Espanha por tropas francesas para derrubar o regime constitucional e reconduzir ao poder o rei Fernando VII, estimulou o levantamento absolutista no norte de Portugal e incentivou o partido da rainha Carlota Joaquina a revoltar-se abertamente, confiante no auxílio francês, em 27 de Maio de 1823. D. Miguel foi nomeado comandante-chefe do Exército, no intuito de induzir D. João VI à abdicar, uma vez que se mantinha fiel à Constituição que jurara. Porém, em 31 de abril, D. João partiu para Vila Franca, onde obrigou o príncipe rebelde a render-se, regressando a Lisboa em triunfo. Após estes eventos, as Cortes dispersaram-se e vários políticos liberais saíram para o exílio, sendo restaurado o regime absolutista – AMARAL, Manuel. *Cronologia do Liberalismo: de 1777 a 1926*. O Portal da História: Portugal Liberal. Disponível em: <www.arqnet.pt>. Capturado em: 19 out. 2007.

e respeitado por quantos o conheceram”, deixou documentado João José Louzada de Magalhães, autor da primeira tese sobre o conselheiro, desenvolvida na Universidade de Bona na Alemanha, no ano de 1880.¹⁹

Conclusão

Como podemos perceber, Silvestre Pinheiro Ferreira teve um percurso instigante em terras brasileiras. Já que não conseguiu recuperar aqui o posto que ocupava em Berlim como representante do governo português, antes da invasão napoleônica na Península Ibérica, foi obrigado a retomar o magistério; mas, apesar disso, manteve uma produção letrada vasta composta por estudos filosóficos, artigos políticos e debates constitucionais. Vivendo no Rio de Janeiro entre 1809 e 1821, participou de um momento decisivo de efervescência política, visto que, com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, “*as discussões [assim como as ações] políticas conheceram um verdadeiro boom, tornando-se mais públicas, corriqueiras e socialmente abrangentes*”.²⁰ Além disso, tratava-se de um momento central para o debate em torno do futuro do Império e, dessa forma, encontrou-se a coexistência complexa e conflitiva de diversos projetos à esse respeito.²¹

Essa trajetória de vida é um bom exemplo de como as ações individuais constroem uma conjuntura histórica determinada. Segundo Giovanni Levi, o grande obstáculo que os historiadores podem se deparar na construção biográfica é pensar que os sujeitos históricos estão submetidos a um tipo de racionalidade limitada, persistindo num costume biográfico determinado na disciplina de história, contentando-se com os “*modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas*”.²² Ou seja, se olharmos cronologicamente a trajetória de ascensão do conselheiro, ficaríamos tentados a imaginar um caminho trilhado a partir de ações racionalizadas previamente, em uma vida seguindo um planejamento perfeito. Apesar disso, é inegável que há um caráter inerente a uma determinada época, um *habitus* que provém de práticas sucessivas e freqüentes em cada época. Porém, para todo sujeito, há

¹⁹ PREGITZER, Maria Elsa, op. cit., p. 85.

²⁰ PIMENTA, João Paulo Garrido. “*Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano*”. Almanack Braziliense, nº 03, maio de 2006, pp. 75.

²¹ PIMENTA, João Paulo Garrido, op. cit., pp. 74-75.

²² LEVI, Giovanni, op. cit., p. 169.

*uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social. Portanto não podemos aplicar os mesmos procedimentos cognitivos aos grupos e aos indivíduos, e a especificidade das ações de cada indivíduo não pode ser considerada irrelevante ou não pertinente. Pois o risco, não banal, é subtrair à curiosidade histórica temas que julgamos dominar plenamente (...).*²³

Para Pierre Bourdieu, criar uma história da vida ou recriar a vida com uma história, no sentido de construir uma narrativa ordenada por um encadeamento de fatos com significado e curso definidos, talvez seja “*conformar-se com uma ilusão retórica*”, uma interpretação comum da vida que toda uma tradição literária não se cansa de fortalecer.²⁴ Dessa forma, se faz necessário deixar de versar a realidade história sob um prisma único de ações e reações, tendo em mente que numa divisão desigual do poder (e ela é sempre desigual) há certamente alguns pontos de escape, de liberdade, que mesmo os dominados obtêm, e que estes podem instituir aos dominantes mudanças nada desprezíveis. “*Para o historiador, as trajetórias de pessoas menos extraordinárias e mais comuns estão ligadas a contextos muito maiores do que apenas suas ações e suas vidas*”.²⁵

Também, não é possível empregar métodos cognitivos iguais para grupos e para indivíduos, e a peculiaridade de cada indivíduo não pode ser vista como irrisória ou inoportuna. Os conflitos de classificações, de diferenças de representações são importantes também com relação ao poder que o grupo socialmente solidário exerce sobre cada um dos membros que o compõem, além de demonstrarem os limites da liberdade e da coação nas quais se formam e operam as formas de solidariedade. Assim, a biografia possibilitaria uma análise mais minuciosa desses problemas.²⁶

Sendo o passado um terreno irregular, precisamos caminhar por ele com muita cautela. “*Não é possível conhecer o pensamento de um homem do passado sem procurar entender as referências que, para ele e para as pessoas do seu tempo, tornaram inteligível o seu mundo, permitindo-lhe conferir sentido à sua experiência de vida*”. Portanto, ao desmembrar o curso

²³ Ibidem, p. 182.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, Marieta e AMADA, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 185.

²⁵ PIOVESAN, Greyce Kely. *Biografia, Trajetória e História*. In: IV Encontro Regional Sul de História Oral, Florianópolis, 2007. Anais eletrônicos do IV Encontro Regional Sul de História Oral. Florianópolis: UFSC, nº 1, 2007. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/anais.htm>>. Capturado em: 14 jun. 2008, p. 07.

²⁶ LEVI, Giovanni, op. cit., p. 182.

traçado por seu biografado, o historiador precisa, antes de esquadriñar suas particularidades, entender seu tempo para entender a função que lhe foi atribuída nele.²⁷

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Ed. Afrontamento, 1993.

AMARAL, Manuel. *Cronologia do Liberalismo: de 1777 a 1926*. O Portal da História: Portugal Liberal. Disponível em: <www.arqnet.pt>. Capturado em: 19 out. 2007.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, Marieta e AMADA, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, pp. 183-91

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Memórias Sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815”. In: *Idéias Políticas*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976, pp. 20-31.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Cartas Sobre a Revolução do Brasil”. In: *Idéias Políticas*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976, pp.33-106.

LE MOS, Renato Luís do Couto Neto e. “Benjamin Constant: biografia e explicação histórica”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 19, 1997.

LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: FERREIRA, Marieta e AMADA, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, pp. 167-82.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dore. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PENNACCHI, Andrea. “Biografias e a Reconstrução da Personagem Histórica”. *Revista Espaço da Sofia*, ano II, nº 15, jun/2008.

PEREIRA, José Esteves. *Silvestre Pinheiro Ferreira: O seu pensamento político*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974.

PIMENTA, João Paulo Garrido. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. *Almanack Braziliense*, nº 03, maio de 2006, pp. 69-80.

PIOVESAN, Greyce Kely. *Biografia, Trajetória e História*. In: IV Encontro Regional Sul de História Oral, Florianópolis, 2007. Anais eletrônicos do IV Encontro Regional Sul de História

²⁷ PENNACCHI, Andrea. “Biografias e a Reconstrução da Personagem Histórica”. *Revista Espaço da Sofia*, ano II, nº 15, jun/2008, p. 12.

Oral. Florianópolis: UFSC, nº 1, 2007. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/anais.htm>>. Capturado em: 14 jun. 2008.

PREGITZER, Maria Elsa. “A Primeira tese sobre Silvestre Pinheiro Ferreira: ‘Silvestre Pinheiro Ferreira: sein leben und seine philosophie mit einer Einleitung über die Wichtigsten portugiesischer philosophen von ihm’”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto*, série Filosofia, nº 8, segunda série, 1991, pp. 85-103.

SILVA, Ana Rosa Clotet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2003.

SLEMIAN, Andréa. *Vida Política em Tempos de Crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.